

PERSONALISMO NO BRASIL COLÔNIA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL

* Hélio Afonso de Aguiar Filho

**Sérgio Marley Modesto Monteiro

Resumo

Este artigo analisa o personalismo no Brasil colônia utilizando o arcabouço novo institucionalista como referencial teórico e a teoria dos jogos como instrumental analítico. Buscar-se-á identificar como foram adotadas as instituições personalistas no Brasil e como estas se tornaram replicáveis independentemente dos motivos e condições de sua adoção. A hipótese principal é de que há uma racionalidade econômica na criação e difusão dessas instituições e que sua existência induz os agentes econômicos à aquisição de um capital particular constituído de redes de relações pessoais, cujo sentido teria sido o de garantir acesso a cargos públicos e demais privilégios pessoais. O personalismo pode ser entendido como um resultado de equilíbrio de um jogo dinâmico em que estão presentes mecanismos de auto-aplicação (*self-enforcing*) e de auto-reforço (*self-reinforcing*) que fazem com este permaneça ao longo do tempo.

Palavras-chaves: Instituições; mudança institucional endógena; personalismo.

Classificação JEL: B15, B31, B52, N16

Abstract

This paper analyzes a Brazilian informal institution, the “personalismo”, using the New Institutional Economics as its theoretical framework and the game theory as an analytical tool. We aim to explain the nature of personalistic institutions in Brazil and how these institutions became replicable regardless the reasons of its adoption. The main hypothesis is that these institutions induce rational economic agents to the acquisition of a private capital that consists of networks of personalistic relationships in order to guarantee access to privileges. In this sense, the “personalismo” can be understood as an equilibrium outcome of a dynamic game in which one can find mechanisms of self-enforcing and self-reinforcing acting to make this institution to prevail over time.

Kew-words: Institutions; endogenous institutional change; personalism.

JEL classification codes: B15, B31, B52, N16

Área I: Brasil Colônia

* Doutor em economia do desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: haaf73@yahoo.com.br

** Doutor em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: sergio.monteiro@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura usar algumas das contribuições recentes feitas no campo da economia institucional para explicar o desenvolvimento econômico como fruto, dentre outras variáveis, das instituições próprias a cada país e a cada região. Assume-se que as instituições podem ser consequência e não causa do desenvolvimento de longo prazo, e que estas instituições, por serem resultado de ações dotadas de intenção e de racionalidade, podem ser entendidas com o instrumental usual da teoria econômica.

O trabalho tem como objetivo identificar, com base no resultado agregado da ação estratégica de agentes racionais, como se difundiram as instituições personalistas no Brasil e como elas passaram a ser replicadas independentemente dos motivos e condições de sua introdução, conformando a direção da mudança institucional. Uma consequência do personalismo é que as externalidades geradas no mercado pela barganha por esse tipo de instituição passam a ter reflexo no sistema jurídico e político, que ganham uma feição particularista, justamente no momento em que no horizonte histórico as atividades tradicionais, amparadas em instituições igualmente tradicionais, tornam-se menos lucrativas.

A partir do estudo da formação econômica e social brasileira, sustentar-se-á a hipótese de que as instituições personalistas aqui existentes passaram a ser reproduzidas independentemente das condições que levaram à sua introdução por serem dotadas de uma racionalidade econômica. Isto é, seus benefícios privados induziram sua adoção por parte dos agentes dentro de um mercado sujeito às leis da oferta e demanda social. Assim, os brasileiros dedicariam tempo à aquisição de um capital particular constituído de redes de relações pessoais, cujo sentido seria o de garantir o acesso a cargos públicos e demais privilégios pessoais. Ademais, essas instituições passaram a usufruir de estabilidade na medida em que aumentou o número de casos nos quais suas soluções passaram como exemplo a coordenar a ação coletiva em diferentes campos.

Esses aspectos são explorados, a partir de um viés mais antropológico, principalmente pelos autores ligados ao paradigma personalista do atraso brasileiro (Sousa, 2003). Dentre esses, podemos citar Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Gilberto Freire, para os quais as relações pessoais foram, no período colonial, e eram, no momento no qual cada um escreveu sua obra, um modo de ganhar e “subir na vida”. Assim, o cálculo passa a ser o de estabelecer relações pessoais nas diversas esferas da vida social que propiciem vantagens especiais. Esta seria a marca indelével da formação brasileira que chegou ao século XX sem maiores contestações.

Uma justificativa para o presente trabalho é que, ao procurar entender o comportamento de uma instituição importante para o desenvolvimento econômico do Brasil, usando o instrumental

teórico da mudança institucional endógena, usufrui-se da vantagem comparativa existente no arcabouço teórico dos economistas, sem perder, contudo, o aporte das outras disciplinas. Este trabalho justifica-se também na medida em que procura preencher certas lacunas existentes nas interpretações antropológicas e sociológicas do personalismo como causa histórica do atraso brasileiro. Tais lacunas dizem respeito, principalmente, a não explicitação dos mecanismos causais que vinculam o personalismo com a eficácia das organizações sociais¹. A perspectiva adotada pelo presente trabalho busca compreender as instituições de um ponto de vista individualista, não pretendendo desconsiderar, com isto, o caráter social da interação humana. Procura apontar justamente para o que falta nas interpretações personalistas, a saber, aquilo que Elster (1986) chamou de as engrenagens do mecanismo interno. Essas engrenagens são as próprias ações intencionais dos agentes, os quais, por meio da sua conduta estratégica, buscam os sinais do ambiente institucional para promover a consecução dos seus objetivos.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma. Uma primeira seção na qual se apresentará as principais proposições do pensamento novo institucionalista relacionadas com o objetivo do trabalho. Em seguida, uma segunda seção, com as diferentes interpretações do Brasil e os elementos que caracterizam a existência do seu personalismo. Segue uma terceira seção apresentando um jogo de interação estratégica entre os principais agentes coloniais, em que os resultados de equilíbrio explicitam o caráter auto-aplicável do personalismo. E por fim, na última seção, finaliza-se o trabalho com as conclusões.

1. INSTITUCIONALISMO E MUDANÇA INSTITUCIONAL ENDÓGENA

A vertente do novo institucionalismo que trabalha a partir da perspectiva da “mudança institucional endógena” apresenta uma contribuição original para o entendimento das instituições e seu papel na compreensão do desempenho diferencial das nações no tempo. Com uma versão de institucionalismo que faz uso da teoria da escolha racional, Avner Greif busca explicações não somente para a persistência das instituições em um ambiente sujeito a mudanças, mas também para a forma como essas instituições desencadeiam processos que levam ao seu próprio desaparecimento. Para tratar dessas questões, tanto a noção de equilíbrio auto-aplicável (*self-enforcing*) da teoria dos jogos quanto os conceitos apresentados pelo institucionalismo histórico de North (1990), são consideradas insuficientes pelo autor. A teoria dos jogos fornece uma ferramenta analítica útil para estudar crenças auto-impostas e os comportamentos em uma dada situação, porém, não capta plenamente a complexidade das inter-relações entre indivíduos e

¹ Para aprofundamento da crítica ao paradigma personalista do atraso brasileiro consultar, dentre outros, Souza (2003).

instituições e sua influência sobre os diversos comportamentos. A versão mais histórica do institucionalismo, por seu lado, foca mais sobre processos do que sobre equilíbrio. Essa abordagem encontra dificuldade de tratar a questão de como as instituições mudam endogenamente. Considerando que, no caso de instituições auto-aplicáveis, cada jogador está produzindo a sua melhor resposta, a conclusão inevitável é que a mudança institucional deve ter uma origem exógena.

Para Greif; Laitin (2004, p. 635), as instituições são “um sistema de origem humana, composto por elementos não-físicos tais como as normas, as crenças, as organizações e as regras – exógenas para cada indivíduo – cujas influências geram regularidades de comportamento”. As organizações são “elementos institucionais que influenciam o conjunto de crenças e normas que podem ser auto-aplicáveis na transação em análise” (p. 635). E as regras são “instruções comportamentais que ajudam os indivíduos na tarefa cognitiva de escolher um comportamento, definindo a situação e coordenando a conduta” (p. 635). As instituições são auto-aplicáveis na medida em que levam os indivíduos a adotar determinados padrões de comportamento.

Os autores fazem a distinção entre parâmetros e variáveis na sua abordagem. Os parâmetros são exógenos às instituições em análise, e as variáveis são endógenas. Quando alterados, os parâmetros promovem mudanças no equilíbrio que podem resultar no surgimento de novas instituições. Entretanto, existem razões para que os indivíduos continuem seguindo padrões de comportamento estabelecidos, mesmo com mudanças incrementais nos parâmetros. A primeira diz respeito ao **conhecimento**, ou seja, as informações vinculadas às regras socialmente transmitidas permitem às pessoas, mesmo desconhecendo todos os parâmetros relevantes e mecanismos causais, agir de modo a atingir um equilíbrio em termos de crenças compartilhadas. O comportamento passado é importante porque as mudanças paramétricas institucionalizadas em regras ajudam os indivíduos, com conhecimentos limitados e restrições de informação, a fazer suas escolhas e projetar comportamentos futuros. A segunda razão refere-se à **atenção** dedicada ao ambiente de escolha. A existência de regras poupa o indivíduo de ter que dedicar tempo à tomada de decisão em situações complexas, permitindo que seu comportamento seja baseado em padrões estabelecidos anteriormente. Em função dos recursos cognitivos que demandam, mudanças paramétricas na margem não necessariamente vão estimular os agentes a considerar uma mudança de comportamento. A terceira razão é a falta de **coordenação**, e está relacionada com a dificuldade de selecionar novos procedimentos diante de novos contextos. Quando não há expectativas compartilhadas sobre qual deve ser o novo equilíbrio, os indivíduos decidirão com base em procedimentos e regras passadas. Incertezas, custos irrecuperáveis associados com a

mudança e problemas de informação podem dificultar a coordenação, mesmo quando há pessoas e organizações com capacidade de coordenar os novos comportamentos.

De acordo com Greif; Laitin (2004), uma abordagem dinâmica das instituições requer a introdução de dois novos conceitos, de modo a integrar a perspectiva de teoria dos jogos com a abordagem histórica de instituições: os quase-parâmetros (*quasi-parameters*) e o reforço institucional (*institutional reinforcement*). Os quase-parâmetros estão sujeitos a alterações marginais resultantes das implicações das instituições, mas estas alterações não mudam necessariamente o comportamento associado com a instituição em análise porque as alterações podem não ser percebidas ou compreendidas *ex ante*. Neste sentido, certas características que usualmente são tratadas como parâmetros em jogos repetidos na verdade não o são, uma vez que podem ser alteradas endogenamente. Por outro lado, também não podem ser tratados como variáveis, pois não condicionam comportamentos diretamente. Greif e Laitin sugerem que os quase-parâmetros devem ser considerados como algo intermediário, assumindo a feição de parâmetro no curto prazo e de variável no longo prazo.

Uma instituição estará sujeita ao reforço institucional quando o tipo de comportamento a ela associado aumenta a faixa de valores dos quase-parâmetros que a tornam auto-aplicável². Quando uma instituição reforça-se, o comportamento associado a ela passa a ser seguido por mais indivíduos em mais situações, inclusive algumas em que não se considerava vantajoso seguir o padrão. Aumenta-se o conjunto de situações em que a instituição é auto-aplicável. O inverso também pode acontecer. A instituição pode enfraquecer a si mesma na medida em que os comportamentos a ela associados deixam de ser auto-aplicáveis. O caráter de reforço ou enfraquecimento institucional vai depender da natureza dos quase-parâmetros. Na medida em que observam e compreendem as mudanças nos quase-parâmetros, os indivíduos podem avaliar em que medida os comportamentos anteriores são consistentes com a nova situação. É este processo que está na raiz da mudança institucional.

De acordo com Greif; Laitin (2004), as instituições podem mudar em decorrência de processos endógenos, de choques exógenos, ou por uma combinação dos dois. Uma condição suficiente para que ocorra a mudança institucional endógena é que as implicações de comportamento associadas a uma instituição a tornem menos efetiva, levando os indivíduos a não reproduzirem as convicções associadas ao padrão adotado. Por outro lado, uma condição

² Instituições auto-aplicáveis também podem sofrer um processo de corrosão interna quando as mudanças nos quase-parâmetros implicarem em que os comportamentos associados sejam auto-aplicáveis a um conjunto menor de situações.

necessária para que uma instituição perdure no tempo é que estas implicações de comportamento sejam reforçadas, ampliando-se a faixa de situações em que o comportamento padrão é adotado.

2. O PERSONALISMO NAS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

No século XX, quando diferentes pensadores escreveram sobre o Brasil, a nenhum escapou a distância guardada entre a realidade brasileira e aquela descrita por Max Weber e vivida nos países de economia mais desenvolvida. Esses autores podem ser divididos em diversas categorias.

De uma perspectiva microprocessual destacam-se, segundo DaMatta (1985), aqueles autores que focaram sobre o conjunto de costumes que vem marcando a formação da sociedade brasileira. Neste sentido, Freyre (1992) foi um dos que mais se aprofundaram no entendimento dos fatores constitutivos da sociedade no Brasil, atendo-se também à questão das relações pessoais no seio desta sociedade. Em seu clássico, *Casa Grande & Senzala*, a tese central do autor é que essa sociedade foi formada a partir da articulação entre o patriarcalismo, a interpenetração étnica e cultural e a influência do meio geográfico. Segundo Freyre (1992) há duas forças operando, a primeira, a do modelo econômico, com a sujeição do escravo ao senhor, da mulher ao marido e do filho ao pai; a outra, a da miscigenação. A consequência foi um abrandamento da tendência da sociedade de se extremar entre dominantes e dominados. Em obras posteriores, ao analisar, por exemplo, o patriarcalismo, Freyre (2004) assevera que esse estava em vias de extinção por força da destruição das bases materiais que lhe deram origem, isto é, o latifúndio e a escravidão no Brasil.

Holanda (1999) e Faoro (1997) também estudam a sociedade brasileira a partir dos seus microprocessos constitutivos. Para ambos os autores, o não desenvolvimento de uma racionalidade tipicamente capitalista em Portugal foi o traço distintivo decisivo na evolução desse país e das suas colônias. Para Holanda (1999) essa falta de racionalidade é típica da personalidade portuguesa, com o predomínio da exaltação do prestígio pessoal e o favorecimento da mania de fidalguia. Formado dentro deste quadro de extensa herança ibérica, com o arrimo da estrutura familiar, o brasileiro teria desenvolvido o peso das relações de simpatia, que dificultam a incorporação normal a outros agrupamentos. A consequência seria a aversão às relações impessoais, características do Estado moderno e do mercado, com o brasileiro procurando quase sempre reduzir tais relações ao padrão pessoal e afetivo. Faoro (1997) tem o seu foco nas relações políticas. Segundo o autor, o Brasil herdou uma estrutura de dominação de caráter patrimonial que teria condicionado as relações entre Estado e sociedade. Um sistema do tipo patrimonial levará à estabilidade da economia, desenvolvendo as relações comerciais; porém, não permitirá o desenvolvimento do capitalismo industrial em suas bases racionais. Isto porque o Estado não

assume o papel de fiador e mantenedor de uma ordem jurídica impessoal e universal que possibilite aos agentes econômicos a calculabilidade de suas ações e o livre desenvolvimento de suas potencialidades (CAMPANTE, 2003). Ao contrário, o Estado intervém planejando e dirigindo o mais que pode a economia.

Outra perspectiva, ainda segundo DaMatta (1985), é a macroprocessual. Com esta os autores buscam caracterizar os fundamentos estruturais da história brasileira, partindo dos fatos históricos e econômicos, focalizando as leis e a lógica da economia política. Deste ponto de vista, despontam duas grandes vertentes para a explicação da natureza da economia colonial. De um lado, estão os autores chamados de circucionistas, por entenderem o sentido da produção colonial como sendo dado pela posição do país no regime do antigo sistema colonial. Assim, de acordo com Prado Junior (2000) e Novais (1995)³, a finalidade da colônia seria a de produzir gêneros tropicais para o comércio europeu. Esse fato teria sido condicionador do desenvolvimento do país, ao ensejar uma estrutura baseada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo. Ainda dentro da linha circucionista tem-se Furtado (2008), para quem a economia colonial não dispunha de ritmos de acumulação próprios, dado que dependente das exportações de produtos primários para atender ao mercado europeu. Os únicos nichos de produção autônoma eram os da produção dos setores de subsistência voltados ao atendimento da mão-de-obra escrava e da população livre, essa não diretamente vinculada ao latifúndio.

Do quadro descrito pelos autores acima, tem-se a impossibilidade de desenvolvimento autônomo da colônia, principalmente pela incapacidade de fundar um mercado interno.

Do outro lado, Ciro Cardoso e Jacob Gorender buscam caracterizar a dinâmica de uma sociedade com base na análise do processo de produção e não da circulação de bens. Usando o referencial analítico marxista apontam para a correspondência entre as forças produtivas e o modo de produção a fim de caracterizar, o que segundo eles, seria o modo de produção escravista colonial vigente no Brasil. Apesar dos esforços, esses autores falham, conforme assinala Mello (1986), em estabelecer a tão pretendida endogeneidade desse modo de produção, por atribuir sua reprodução ao tráfico atlântico e por esse continuar dependente da reprodução da economia brasileira com relação ao capital mercantil.

Com uma análise original e fundamentada em dados primários, Fragozo; Florentino (2001) buscam superar as perspectivas anteriores. Os autores estudam a formação econômica e social brasileira sustentando a hipótese de que o atraso, ou nas suas expressões, o “arcaísmo” brasileiro

³ Novais (1995) aprofunda a noção de “sentido da colonização”. Para o autor, a expansão comercial européia se deu dentro da transição do feudalismo para o capitalismo, com a colonização sendo um instrumento da acumulação de capital.

configurou-se como parte de um projeto da aristocracia rural decadente portuguesa, segundo o qual se compensava a queda das rendas agrárias, intensificando a exploração das rendas coloniais. Ademais, esse projeto teve continuidade no Brasil com a pretensão de auto-perpetuação de uma hierarquia altamente diferenciada. Por se tratar de estratificação assentada no escravismo, sua viabilização pressupunha a própria reprodução das relações de poder. Esse ponto é importante, pois de acordo com os autores, o tipo de dominação existente exigia que, inclusive nas fases de contração das exportações, fossem garantidas condições para a reprodução das relações sociais vigentes internamente. Por isso, dever-se-ia abrir um leque maior de possibilidades econômicas com a intensificação da produção interna e o surgimento de um mercado interno para novos produtos.

Foram apresentadas nessa seção as linhas de maior divergência sobre as interpretações da formação econômica e social brasileira. No que diz respeito à questão das possibilidades de acumulação interna, apesar de a condição de colônia marcar sérias restrições à constituição de um mercado interno, acredita-se que, de fato, ela ocorreu. Isto porque a consecução do projeto colonizador esteve ligada a interesses de grupos externos e internos interessados na superação das oscilações e na instabilidade dos ganhos baseados na exclusividade do mercado externo. Atestam isto, não somente o estudo de Fragozo; Florentino (2001), cujos limites são o Rio de Janeiro, mas trabalhos como os de Barickman (2003) sobre o recôncavo baiano, que apontam a complementaridade entre a economia de exportação baseada no trabalho escravo e a produção para os mercados adjacentes. Longe de inibir a produção para abastecimento local, a expansão da agricultura destinada à exportação tornava os senhores de engenho e lavradores de cana dependentes de um mercado local para alimentar seus escravos (demanda rural de farinha e outros mantimentos básicos). Uma produção de farinha produzida localmente era, por sua vez, essencial não só para o bem-estar da população crescente de Salvador, como também para permitir a expansão da agricultura de *plantation* altamente especializada no Recôncavo rural.

Mas qual o papel das relações pessoais no funcionamento desse mercado interno e no desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira? Um ponto chave que pode conectar ambas as perspectivas é que, segundo Caldeira (1999, p. 86), com

a escassez de moeda, as relações pessoais tornaram-se a alavanca do sistema de produção, fazendo com que a liquidação de valores a vista, moeda por produtos ou trabalho, fosse substituída por relações de longo prazo, mercadorias para ser saldadas com índios, gado ou trabalho.

Um exemplo mais específico de como a escassez de moeda ensejou modalidades de intercâmbio personalizado, advém da economia mineradora da Capitania das Minas no século

XVII. Nesta, a rígida estrutura fiscal montada pela Coroa com o objetivo de controlar os descaminhos do ouro, chegou a proibir a circulação de moedas, dificultando o desenvolvimento das atividades comerciais e a própria sobrevivência da população não ligada à atividade mineradora. Esta localidade, entretanto, apesar das restrições, viria a se tornar uma das regiões mais povoadas da América. Dentre as estratégias que propiciaram o florescimento de um intenso mercado interno constam o endividamento e uma forma muito particular de crédito, a palavra oral. O uso desta como meio circulante foi possível graças à herança da legislação civil e eclesiástica portuguesa que estreitou o vínculo entre o valor moral da palavra empenhada mediante o juramento e a economia monetária. Portanto, na ausência da moeda,

a “palavra” empenhada era aceita por todos como forma de pagamento e de cobrança de dívidas... [Esta] tornou-se meio circulante comum às práticas comerciais da população, pois os devedores eram citados para comparecer em juízo a fim de jurar, pela própria alma, se eram ou não devedores da quantidade demandada pelos credores... É importante destacar ainda que nos processos de *Ações de alma* não existira nenhum tipo de tutela por parte das autoridades coloniais; eram transações comerciais efetivadas por pessoas comuns e tuteladas apenas pela honra do credor (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 331).

As afirmações acima nos ligam a uma das assertivas principais do presente trabalho, de que as instituições personalistas passaram a ser replicadas no país independentemente do propósito inicial atribuído a elas pela metrópole, por ganharem um mercado para se desenvolver, no sentido de estarem sujeitas à lei da oferta e procura social⁴. Isto ocorre, justamente, porque essas instituições demandam a utilização de recursos escassos para sua perpetuação. Assim, os agentes econômicos brasileiros dedicariam tempo e recursos à aquisição de um capital particular constituído de redes de relações pessoais, cujo sentido é o de garantir o acesso a cargos públicos e demais privilégios pessoais.

3. ANÁLISE INSTITUCIONAL ENDÓGENA E O PERSONALISMO NO BRASIL

Apresentar um marco teórico que unifique as diferentes perspectivas apresentadas na última seção constitui-se, sem dúvida, em considerável desafio a qualquer interpretação que pretenda contribuir para explicar a formação econômica e social brasileira. Não é esta a pretensão

⁴ A sociedade mineira setecentista é também um bom exemplo de como as instituições personalistas se difundem por se tornarem um estratégia racional de sobrevivência. Nela, “os indivíduos buscaram traçar e estabelecer estratégias de ação visando quer mercês, quer privilégios, quer ofícios ou postos, quer mesmo desestabilizar a ordem vigente, mas que, em última instância, objetivavam maximizar suas prerrogativas de mando e prestígio social (MATHIAS, 2005, p.8).

do presente trabalho, que busca fazer uso da teoria dos jogos e do instrumental teórico da nova economia institucional com o propósito de estudar a importância de uma instituição específica para o desenvolvimento da economia colonial e do consequente atraso econômico do país. Mesmo tendo o seu foco limitado às instituições informais, acredita-se que a abordagem aqui adotada constitui um instrumental útil: do ponto de vista microprocessual, por resgatar as ações intencionais dos agentes; do ponto de vista macroprocessual, por se ater às consequências não intencionais dessas ações, tornadas condicionantes estruturais das mesmas e causa da sua persistência.

O trabalho desenvolvido, localizado na interface entre as teorias do desenvolvimento, a teoria econômica e a história econômica brasileira, envolve duas partes complementares. A primeira parte, teórico-descritiva, foi apresentada nas duas seções anteriores. A segunda parte, analítica, inspirada em (GREIF, 1998; 2001 e 2006); (GREIF; LAITIN, 2004); (BUENO, 2004); (AOKI, 2007), toma a forma de um jogo dinâmico, por meio do qual se pretende esclarecer as consequências das interações estratégicas entre os principais agentes sociais brasileiros.

3.1 Especificação do jogo

Assume-se que a introdução e a manutenção de relações personalistas no Brasil podem ser entendidas como o resultado de equilíbrio de um jogo cujos principais atores são a Coroa Portuguesa (CP) e a Família Patriarcal (FP). A sequência de movimentos, as estratégias disponíveis e os *payoffs* dos jogadores são mostrados na figura abaixo.

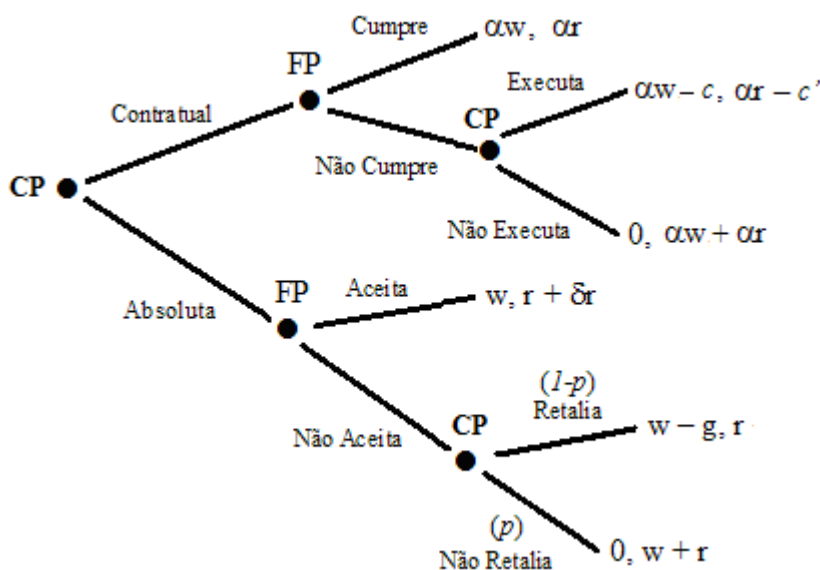


Figura 1: Jogo entre Coroa Portuguesa e Família Patriarcal
Fonte: elaborado pelos autores.

O primeiro movimento é feito pela Coroa, que deve escolher entre as estratégias *Contratual* e *Absoluta*, as quais implicam em diferentes formas de relação de poder, segundo a tipologia de dominação política apresentada por Schwartzman (1988, p.59) e inspirada em Weber. Esta tipologia é particularmente útil na medida em que contrapõe uma relação de natureza impessoal a uma relação de natureza pessoal. A estratégia *Contratual* considera a existência de relações nas quais estão resguardados os direitos individuais específicos para as partes envolvidas em uma negociação e, mesmo na existência de poder patrimonial gerado pela vigência de grandes propriedades, como é o caso da relação suserano-vassalo, atuam mecanismos que diminuem a concentração do poder discricionário do primeiro sobre este último. Supõe-se a existência de um sistema que está baseado em regras criadas racionalmente, no qual estão explícitas as normas sobre o que pode e o que não pode ser feito no âmbito da relação contratual. O descumprimento dessas regras sujeita o agente a punições no marco do sistema legal.

Por outro lado, a estratégia *Absoluta* refere-se a uma relação marcada por formas tradicionais de dominação e caracterizada por uma racionalidade substantiva. Neste caso, o poder central é absoluto e o objetivo dos agentes envolvidos na relação é o de maximizar uma determinada função objetivo, independentemente de regras formais. Neste tipo de relação, é elevado o grau de discricionariedade de ação dos envolvidos, assim como também é grande a dependência de uma das partes em relação a outra. A recusa de sujeitar-se à dominação pode levar à retaliação por parte de quem detém o poder.

O segundo movimento no jogo é feito pela Família Patriarcal (FP). No caso de a Coroa escolher a estratégia *Contratual*, a Família Patriarcal deve decidir se cumpre ou não o contrato. Cumprir o contrato significa agir de acordo com as regras estabelecidas. O não-cumprimento do contrato suscita a possibilidade de um terceiro movimento por parte da Coroa, em que ela deve decidir se executa ou não o contrato⁵. Caso a Coroa escolha a estratégia *Absoluta*, a Família Patriarcal deve decidir se aceita ou não esta forma de dominação. A não-aceitação também leva a um terceiro movimento por parte da Coroa, que pode retaliar ou não.

O estabelecimento dos *payoffs* pode ser feito a partir da função utilidade de cada agente. Assume-se que a **Coroa Portuguesa** tem utilidade crescente na riqueza que consegue extrair da Colônia e na posse e manutenção desta fonte de riqueza. No que diz respeito aos aspectos de ordem fiscal, vários intérpretes do Brasil atestam que a função histórica da colônia é enriquecer a metrópole. Nas palavras de Prado Junior (2000, p. 335), as vistas da metrópole “... raramente foram além dos proveitos imediatos que sob a forma de tributos auferiram da colônia”. Mais

⁵ Em sistemas de dominação racional-legal espera-se que a parte prejudicada sempre escolha a execução do contrato. Entretanto, a existência de custos de transação, dependendo de sua magnitude, pode inibir esta ação.

adiante, na mesma página, o autor completa, “Um objetivo fiscal, nada mais que isso, é o que anima a metrópole na colonização”. Para Caldeira (1999, p. 112), igualmente, a preocupação fiscal é a dominante na organização econômica da colônia “o que estava de acordo com a situação de um reino às voltas com contingência de administrar da mão para a boca”.

O segundo objetivo da Coroa é a posse e manutenção das suas conquistas no além mar. O motivo é que sempre se aventou a possibilidade de extrair metais preciosos das colônias. Enquanto isso não ocorreu, a própria atividade produtiva tornou-se um meio para manter a posse da terra (FURTADO, 2008). Quando não, recorreu-se à fidalguia e miscigenação como instrumento de domínio com um mínimo custo (CALDEIRA, 1999, p.109).

A função utilidade da **Família Patriarcal** é composta também por dois elementos. O primeiro é o da busca de realização material, expresso em termos de dinheiro. O dinheiro é importante porque permite o consumo conspícuo, através das importações de bens de luxo. Outro elemento que atesta a importância do dinheiro na sua forma moeda é a necessidade de importar insumos para a produção, nesse caso, o mais essencial de todos: o escravo (FURTADO, 2008; CALDEIRA, 1999). Um segundo elemento da função de utilidade da Família Patriarcal é o status (diferenciação social) outorgado pela Coroa. Este elemento é importante porque, no Brasil colônia, a “‘troca’, quando não liquidada em moeda, confundia-se com as relações pessoais de dependência ou domínio; e a ‘riqueza’, com o controle de pessoas e bens – poderes privados do senhor” (CALDEIRA, 1999, p.87). Assume-se, portanto, que a função utilidade da Família Patriarcal é crescente em renda monetária e em *status*.

Seja w o *payoff* da Coroa quando o tipo de dominação é Absoluta e a Família Patriarcal aceita esse domínio, sendo esta a situação mais próxima do que a história brasileira registra. Caso a Família Patriarcal não aceite o domínio, a Coroa deve decidir se retalia ou não. Assume-se que há uma probabilidade p de a Coroa retaliar e, conseqüentemente, $(1-p)$ de não retaliar. A retaliação implica em custos militares, de tal forma que os ganhos da Coroa são diminuídos em g , resultando em um *payoff* de $w-g$. Caso escolha não retaliar, a Coroa fica sem a renda e sem o domínio, e seu *payoff* é igual a zero. Assume-se que essa probabilidade decorre do monitoramento imperfeito da Coroa ou da incapacidade de fazer a retaliação por falta de efetivo militar no local e conseqüentes custos de deslocamento.

Supondo que a Coroa escolha o tipo de dominação contratual e que a Família Patriarcal cumpra o contrato, assume-se que o *payoff* da Coroa é αw , sendo α um fator de produtividade que pode ser considerado uma medida da eficiência institucional. Assim, $\alpha > 1$ implica em uma economia em que a redução da incerteza que resulta das relações contratuais permite atingir um nível de renda maior para a Coroa do que sob o domínio absoluto. Contrário senso, $\alpha < 1$ significa

que a renda obtida pela Coroa é maior sob o domínio absoluto do que sob uma relação contratual. Do ponto de vista teórico, a magnitude de α dependerá da capacidade das instituições de reduzir custos de transação, possibilitando ganhos de produtividade. Assume-se que em economias de natureza concorrencial, com utilização de moeda, capazes de realizar economias de escala, com instituições que garantam o cumprimento dos contratos, α seja maior do que 1. Por outro lado, em economias de natureza monopólica e não-monetária, com instituições ineficientes, α deve ser menor do que 1. Caso a Coroa escolha a estratégia *Contratual* e a Família Patriarcal escolha não cumprir o contrato, assume-se que a Coroa obtém o *payoff* $\alpha w - c$, se executar o contrato, sendo c o custo de execução, e zero se não executar o contrato.

Definidos os *payoffs* da Coroa com base na sua função utilidade, definem-se a seguir os *payoffs* da Família Patriarcal. Tomando por base a situação de domínio absoluto e a aceitação deste domínio pela família patriarcal, assume-se que o *payoff* será de $r + \delta r$, sendo r a renda monetária e δr o ganho com o *status* ($\delta > 0$). Ainda sob o domínio absoluto, admitindo-se que a Família Patriarcal não o aceite, considera-se que seu *payoff* será de r , caso a Coroa decida retaliar, e de $w + r$, caso a Coroa não retalie. A retaliação implica em perda das vantagens de *status*, por isso o *payoff* de r , e a não-retaliação permite que a Família Patriarcal obtenha, além da sua renda sem o ganho de *status*, r , a renda que seria da Coroa, w , resultando em um *payoff* de $w + r$.

Cabe agora definir os *payoffs* da Família Patriarcal quando a Coroa escolhe o domínio de natureza contratual. Caso a Família Patriarcal cumpra o contrato, considera-se que ela obtém um *payoff* correspondente à renda monetária alterada pelo fator de produtividade, resultando em ganhos de αr .⁶ O não cumprimento do contrato pode ser seguido de execução ou não por parte da Coroa. Considera-se que a execução custe c' à Família Patriarcal ($c' > 0$), resultando em um *payoff* de $\alpha r - c'$. Se não for executado o contrato, a Família Patriarcal obtém toda a renda, $\alpha w + \alpha r$.

3.2 Determinação do equilíbrio

Começando pelo subjogo em que a Família Patriarcal deve decidir se cumpre ou não o contrato, observa-se que se a Coroa escolher executar o contrato, a Família Patriarcal escolherá cumprir o contrato. Esse resultado é trivial, já que $c' > 0$, portanto $\alpha r > \alpha r - c'$. A Coroa executará o contrato desde que $\alpha w - c > 0$, ou seja, $\alpha > c/w$. Em uma economia de alta produtividade ($\alpha > 1$), essa condição é sempre satisfeita, desde que $c < w$. Em uma situação de baixíssima produtividade, pode ocorrer de a Coroa escolher não executar o contrato, pois nesse caso α pode ser menor do que c/w . Disso decorre a primeira proposição:

⁶ Assume-se, por simplicidade, que o fator de produtividade é o mesmo para a Coroa e para a Família Patriarcal.

PROPOSIÇÃO 1: *Em uma economia de alta produtividade ($\alpha > 1$) e baixos custos de transação ($c < w$), quando a Coroa escolhe o domínio contratual, a Família Patriarcal sempre escolherá cumprir o contrato.*

Analisando o subjogo em que a decisão da Família Patriarcal é de aceitar ou não o domínio absoluto, deve-se levar em conta a probabilidade de retaliação por parte da Coroa, caso a Família Patriarcal não aceite este domínio. Assim, temos que a Família Patriarcal aceitará o domínio desde que o *payoff* de aceitar seja maior do que o valor esperado de não aceitar. Logo, $r + \delta r$ deve ser maior do que $pr + (1-p)(w+r)$. Isto leva à condição de $p > 1 - (\delta r/w)$. Assim, a escolha da Família Patriarcal tende a ser aceitar o domínio à medida que aumentem, individualmente ou simultaneamente, a probabilidade de retaliação (p), o prêmio pela relação do tipo personalista (δ), ou a parcela da renda da Família Patriarcal em relação à renda da Coroa (r/w). Esse resultado é particularmente interessante porque pode ser interpretado como uma medida do grau de importância que a Família Patriarcal confere ao *status* que lhe é atribuído pela Coroa.

Analisando o jogo como um todo, observa-se que há quatro possibilidades no que se refere à determinação do equilíbrio perfeito em subjogos:

1. Economia de alta produtividade ($\alpha > 1$) em que $p > 1 - (\delta r/w)$

O equilíbrio ocorre quando a Coroa escolhe a relação contratual e a Família Patriarcal cumpre o contrato. Ou seja, mesmo que o personalismo ofereça vantagens na forma do prêmio δ , o nível de produtividade na economia, α , torna a relação contratual a melhor escolha para os dois agentes. O conjunto de equilíbrio é dado por {CONTRATUAL, EXECUTA, RETALIA; CUMPRE, ACEITA}.

2. Economia de baixa produtividade ($\alpha < 1$) em que $p > 1 - (\delta r/w)$

Neste caso, o equilíbrio dependerá do custo de transação de execução do contrato por parte da Coroa. A Coroa escolherá executar o contrato desde que $\alpha > c/w$. O equilíbrio ocorrerá quando a Coroa escolher a relação contratual e a Família Patriarcal escolher cumprir o contrato. O conjunto de equilíbrio é o mesmo da situação anterior: {CONTRATUAL, EXECUTA, RETALIA; CUMPRE, ACEITA}. No caso de altos custos de transação ($\alpha < c/w$), o equilíbrio ocorrerá com o domínio absoluto por parte da Coroa e a aceitação por parte da Família Patriarcal. O conjunto de equilíbrio passa a ser {ABSOLUTA, NÃO EXECUTA, RETALIA; CUMPRE, ACEITA}.

3. Economia de alta produtividade ($\alpha > 1$) em que $p < 1 - (\delta r/w)$

O equilíbrio se dá com a Coroa escolhendo a relação contratual e a Família Patriarcal escolhendo cumprir o contrato. A não aceitação do domínio absoluto por parte da Família Patriarcal levaria a Coroa a retaliar, o que coloca a Coroa diante de um *payoff* de αw na relação contratual e $w-g$ na

relação absoluta. Portanto, a relação contratual será vantajosa desde que $\alpha > 1 + g/w$, condição que sempre será atendida na economia de alta produtividade. O conjunto de equilíbrio nesta situação é dado por {CONTRATUAL, EXECUTA, RETALIA; CUMPRE, NÃO ACEITA}.

4. Economia de baixa produtividade ($\alpha < 1$) em que $p < 1 - (\delta r/w)$

Em princípio, nesta situação o equilíbrio dependeria dos custos de transação na economia, o que determinaria a decisão da Coroa de executar ou não o contrato. Entretanto, executando ou não, sempre será vantagem para a Coroa o domínio absoluto e para a Família Patriarcal aceitar o domínio. O conjunto de equilíbrio quando a Coroa executa é dado por {ABSOLUTA, EXECUTA, RETALIA; CUMPRE, ACEITA} e quando não executa é dado por {ABSOLUTA, NÃO EXECUTA, RETALIA; NÃO CUMPRE, ACEITA}.

Diante destas possibilidades de equilíbrio, uma segunda proposição pode ser enunciada:

PROPOSIÇÃO 2: *Em uma economia de alta produtividade ($\alpha > 1$) e baixos custos de transação ($c < w$), independentemente da relevância que é dada ao status pela Família Patriarcal, o equilíbrio ocorre quando a Coroa escolhe o domínio contratual e a Família Patriarcal escolhe cumprir o contrato.*

3.3 Implicações do equilíbrio

A adoção e a difusão de instituições personalistas no Brasil podem ser entendidas como um resultado de equilíbrio do jogo entre a Coroa Portuguesa e a Família Patriarcal, sob a suposição de que ambas comportam-se racionalmente, buscando maximizar uma função objetivo que é crescente em riqueza e domínio da fonte desta riqueza, no caso da Coroa, e em renda monetária e *status*, no caso da Família Patriarcal. Em uma economia de baixa produtividade, caracterizada pela existência de monopólio, circulação precária de moeda e altos custos de transação, o equilíbrio aponta para a dominação do tipo absoluta por parte da Coroa e para a aceitação deste domínio por parte da Família Patriarcal. Esta é a situação descrita na segunda e na quarta possibilidade de equilíbrio, apresentadas anteriormente, quando a produtividade é baixa.

A análise sob a perspectiva unicamente de equilíbrio do jogo limita a compreensão de mudanças endógenas, já que é da natureza do equilíbrio o caráter auto-aplicável (*self-enforcing*) das instituições. É preciso complementá-la no sentido de entender as instituições como resultado de um processo histórico sujeito a estas mudanças. Os conceitos de quase-parâmetro e de auto-reforço institucional (*self-reinforcing*) ajudam a ampliar o horizonte de análise. O personalismo pode ser entendido como uma instituição composta por um conjunto de quase-parâmetros, quais sejam, redes de parentesco, grau de influência política, acesso a privilégios e reserva de mercado. No curto prazo, são parâmetros, na medida em que são exógenos, daí a natureza de auto-reforço e

o resultado de equilíbrio com personalismo. Como apresentado na segunda seção do presente trabalho, é vantajoso para os indivíduos investirem neste tipo de capital privado em função do retorno obtido. Os intérpretes do atraso brasileiro mostram como operam os mecanismos de auto-reforço institucional que sedimentaram o personalismo no Brasil no período. Os indivíduos podem continuar a seguir padrões de comportamento de caráter personalista, mesmo quando há mudanças marginais nos quase-parâmetros que formam essa instituição, seja porque estão sujeitos a restrições de conhecimento, seja porque não dão a atenção devida às alterações paramétricas, ou seja, por estarem sujeitos a falhas de coordenação ao decidir sobre um novo comportamento após a mudança.

No longo prazo, os quase-parâmetros são variáveis, pois podem sofrer mudanças de natureza endógena, o que resultaria em mudança do equilíbrio. Mudanças nas condições da economia que aumentem o nível de produtividade, sejam elas de natureza tecnológica ou de organização, podem conduzir a mudanças nos quase-parâmetros e, portanto, a mudanças endógenas na trajetória de equilíbrio, como pode ser constatado no equilíbrio do jogo em condições de alta produtividade, descrito na primeira e na terceira possibilidade de equilíbrio apresentadas anteriormente. É interessante notar que mesmo em condições de baixa produtividade, como no caso descrito na segunda possibilidade de equilíbrio, a existência de baixo custo de transação já pode ser suficiente para induzir a mudanças na trajetória de equilíbrio na direção de uma relação do tipo contratual.

De acordo com o modelo, o personalismo é racional, sob as condições econômicas vigentes, e tem caráter auto-aplicável (*self-enforcing*), pois induz os indivíduos a aderirem a este tipo de comportamento. O modelo mostrou como as interações induzidas pelas instituições personalistas, introduzidas pela Coroa Portuguesa, são suficientemente fortes para estimular a sua adoção pelos demais agentes. Por razões de complexidade, optou-se por desenvolver as interações apenas entre os dois principais agentes coloniais, a saber, a Coroa portuguesa e a Família Patriarcal, mas acredita-se que a análise pode ser estendida para os demais agentes sociais tais como Homem Branco Pobre, Comerciantes e Escravos.

CONCLUSÃO

Não escapou a diversos intérpretes do Brasil o fato das relações pessoais terem sido um importante instrumento na conquista e colonização, pelos portugueses, de uma região tão vasta e hostil ao colonizador europeu, como os trópicos. Nem tão pouco, escapou a esses autores, que a partir do momento em que se delineia no horizonte histórico, o capitalismo industrial, a

persistência destas mesmas instituições, outrora eficientes, passou a ser o principal obstáculo a superação do atraso brasileiro.

Uma característica importante das instituições, salientada pelos economistas institucionalistas, é que elas propagam seus incentivos ao longo do tempo, modificando permanentemente as oportunidades de acumulação de riqueza e contribuindo para a consolidação de estruturas sociais que não necessariamente se mostram economicamente as mais eficientes, seja do ponto de vista alocativo, seja do ponto de vista adaptativo. Ademais, os institucionalistas salientam que as instituições informais, objeto do presente trabalho, são justamente aquelas que mais tenazmente resistem a mudanças. Isto porque os agentes processam informação através de modelos subjetivos imperfeitos, fundados no hábito e nas convenções sociais, e que só poderão corrigir suas opções de maneira incompleta no tempo.

Entende-se, ampliando o leque institucionalista, que as instituições podem ser abordadas com o instrumental usual da teoria econômica, isto é, como sujeitas à escassez, bem como à oferta e demanda social. Isto é, estas podem ser tratadas não somente como resultado de processos históricos – já que neste caso só é possível entender as mudanças institucionais como sendo influenciadas por fatores exógenos –, mas também do ponto de vista do equilíbrio. Para entender como as instituições mudam endogenamente, a teoria dos jogos é uma ferramenta complementar, pois permite estudar, para diferentes parâmetros, crenças auto-impostas e os resultados da interação entre pessoas como consequência da ação estratégica de agentes racionais. Entretanto, tomadas isoladamente, a perspectiva do institucionalismo histórico e a perspectiva da teoria dos jogos são insuficientes para entender a dinâmica institucional. Daí a introdução dos conceitos de quase-parâmetros e auto-reforço institucional como categorias de análise.

A conclusão da aplicação do modelo à compreensão das instituições personalistas brasileiras é que a adoção e a difusão dessas instituições aparecem como resultado de equilíbrio de um jogo entre a Coroa Portuguesa e a Família Patriarcal, sob a suposição de que ambas comportam-se racionalmente, buscando maximizar uma função objetivo que é crescente em riqueza e domínio da fonte desta riqueza, no caso da Coroa, e em renda monetária e *status*, no caso da Família Patriarcal. O personalismo foi descrito como uma instituição composta por um conjunto de quase-parâmetros, quais sejam, redes de parentesco, grau de influência política, acesso a privilégios e reserva de mercado. No curto prazo, são parâmetros, na medida em que são exógenos, daí a natureza auto-aplicável (*self-enforcing*) e o resultado de equilíbrio com personalismo. Este resultado encontra correspondência na análise dos autores que se debruçaram sobre a formação econômica brasileira, apresentados neste trabalho. No longo prazo, os quase-parâmetros são variáveis, pois passam a ter natureza endógena, o que permite compreender as

possibilidades de mudança institucional. A análise de longo prazo e desta dinâmica institucional demanda uma pesquisa empírica que fica como sugestão para trabalhos futuros.

BIBLIOGRAFIA

AOKI, M. Endogenizing Institutions and Institutional Changes. **Journal of Institutional Economics** (2007), 3:1, 1–31.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 365 p.

BUENO, N. P.; FARO, J. H. Economia e Instituições no Governo Kubitschek. **Revista de Economia Política**, vol. 24, no 1 (93), janeiro-março/ 2004.

CAMPANTE, R. G. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Vol.46, nº 1, p. 153-193. Rio de Janeiro, 2003.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua Espaço: espaço, cidadania e mulher no Brasil**. Rocco. Rio de Janeiro, 1985.

ESPÍRITO SANTO, C. C. do. Crédito e Economia Mineradora: endividamento e estratégias de circulação monetária dos agentes populares em Vila Rica (1730-1760). In: **História Econômica. Agricultura, indústria e populações**. (Orgs.) Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2006.

ELSTER, J. **Marx Hoje**. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1986.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Globo: São Paulo, 10ª edição, 1997.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Editora Record, 28ª edição, 1992.

_____. **Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e da monarquia para a república**. 6. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, C. M. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GREIF, A. Self-enforcing Political Systems and Economic Growth. In: BATES et al., **Analytic Narratives**. Princenton: Princenton University Press, 1998.

_____. Institutions and Endogenous Institutional Change: historical institutional analysis. Campinas: **II Seminário da Nova Economia Institucional/Unicamp**, março, 2001.

_____. **Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from Medieval Trade (Political Economy of Institutions and Decisions)**. Cambridge, 2006.

GREIF, A; LAITIN, D. A Theory of Endogenous Institutional Change. **Stanford University American Political Science Review**, Vol. 98, No. 4 November, 2004.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, 26ª edição, 1999.

MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, New York, 1990.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Campus, 1982.

SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.